

## **Ata nº 001/2019 da Audiência Pública sobre as feiras de venda de roupas e demais produtos realizada no município**

Aos 14 (quatorze) dias, do mês de fevereiro, do ano de 2019 (dois mil e dezenove), às 20h, em sede própria, reuniram-se autoridades municipais, vereadores e comunidade para a 1ª Audiência Pública do ano de 2019. O vereador Júlio Cesar, presidente desta audiência, diz: Pessoal, boa noite! Sejam bem-vindos! Primeiramente queria agradecer a presença de todos, e a gente já começaria a nossa audiência pública para esse debate tão polêmico da questão das feiras itinerantes aqui no município de Barra do Garças e também Pontal do Araguaia, que é o nosso convidado, é o Leandro, presidente da Câmara de Pontal do Araguaia. E na última reunião que tivemos juntos na CDL definimos que a gente teria também esse convite, porque não adianta a gente tentar vedar só as feiras em Barra do Garças, até porque Barra e Pontal, vamos dizer assim, são uma cidade só. Então, desde já queria começar. Hoje é quinta-feira, quatorze de fevereiro de dois mil e dezenove, realiza-se audiência pública com objetivo de discutir sobre as feiras de venda de roupas e demais produtos realizada no município. Eu queria aqui convidar, e agradecer a presença, para fazer parte da mesa nosso presidente, vereador Joãozinho; nosso advogado aqui da câmara, Dr. Heros; vereador Garrincha; vereador Gustavo. Tem mais algum vereador aqui do município? Não, somente esses. Queria convidar também o Leandro, presidente da Câmara do Pontal do Araguaia, para fazer parte aqui da mesa; queria convidar o Leonardo, representando a nossa CDL de Barra do Garças e Pontal do Araguaia; queria convidar a Lucely, secretária de finanças do município, que é fundamental a presença dela aqui na elaboração do nosso projeto; queria convidar aqui também o Mauro Piauí, representando a Prefeitura Municipal de Barra do Garças; João Vieira, queria convidá-lo, é o rapaz da nossa fiscalização aqui do município, queria te convidar para a mesa; e o Paulo Henrique, que também é o secretário de pesca do município de Barra do Garças. Pessoal, nós colocamos primeiramente para que todos façam a inscrição, os nomes de vocês, para que depois esse corpo aqui, prefeitura, câmara municipal, CDL, Pontal do Araguaia, a gente possa estar debatendo e buscando a solução para esse problema que nós temos no município. Queria convidar aqui também a vereadora Fabiana, para fazer parte da mesa, do Pontal do Araguaia. Fazendo a abertura, sob a proteção de Deus e em nome do povo barra-garcense declaro aberto os trabalhos dessa audiência pública. Convido a todos para que fiquem de pé para ouvirem o Hino de Barra do Garças. Queria convidar, ainda em tempo, o secretário de indústria e comércio, Fabiano, para fazer parte da mesa, Dr. Fabiano. Peguei no pulo. Bem pessoal, a finalidade, como

eu disse no começo dessa audiência pública, é discutir sobre as feiras de venda de roupas e demais produtos realizada no município. Eu queria dizer que essa semana nós tivemos na Câmara Municipal do Pontal convidando os vereadores. Nós tivemos, junto com o Leonardo também, presidente da CDL, no ministério público cobrando a presença do ministério público para nos auxiliar nesse sentido dessa questão das feiras. Nós tivemos também uma reunião com os vereadores, a secretária de finanças, antes dessa audiência para que a assessoria jurídica nossa pudesse fazer esse levantamento como a gente poderia dificultar essa questão das vendas dessas feiras itinerantes no município, ou, se não podemos proibi-las, no mínimo dificultá-las. O senhor Dr. Leonardo Carvalho da Mota, presidente da CDL, diz: Só registrando Júlio, também mandamos convites para a SEFAZ, a Receita Federal, para que todos os órgãos que possam dizer a respeito da fiscalização, comércio, regularidade fiscal, pudessem se fazer presentes aqui. Só para registro mesmo. O vereador Júlio Cesar, presidente desta audiência, diz: Pessoal, o artigo um das audiências públicas, “são direito dos participantes manifestarem livremente suas opiniões das questões tratadas no âmbito dessa audiência, respeitando a disposição prevista nesse regimento”. Então, a gente vai dar para vocês acho que três minutos para que todos que tenham alguma opinião, principalmente acho que a gente tem que destacar, temos que dar as opiniões propositivas para que nós possamos solucionar esse problema sério aqui em Barra do Garças e Pontal do Araguaia. Você já tem a lista, Vitor, do nome das pessoas, comerciantes? Pessoal, aqui só tem cinco pessoas inscritas. Só cinco pessoas mesmo querem falar? Não tem mais ninguém? Bom, então eu queria convidar a Deusélia de Fátima Campos. Vamos passar para o José Alves Piedade. O senhor José Alves Piedade diz: Boa noite a todos! Bom pessoal, como diz o outro, vamos direto ao assunto. Desde 2005, quem é vereador desde 2005 pra cá sabe que foi uma luta minha enquanto presidente da CDL, viajando esse Brasil afora e participando de muitos eventos, como convenção, que hoje nem existe mais, Convenção Nacional do Comércio, e em 2005 eu tive a grata satisfação de assistir o prefeito de Joinville sancionar essa lei na presença de quatro mil comerciantes ou empresários do Brasil inteiro. Lá, para você ver, Joinville é uma cidade rica, é umas das principais cidades do Estado, mas era uma problema seríssimo. E lá quando o prefeito sancionou essa lei começou a espalhar pelo Brasil, porque houve cidades, Júlio, que virou problema social. Problema social mesmo. Vinha a feira, vou citar aqui da nossa região, mas não sei especificamente a cidade, era mais ou menos assim: essa semana vinha uma feira de Goiânia, na outra vinha de São Paulo, na outra não sei de onde, e não sei de onde. Por fim, o comércio local fica com os problemas e os feirantes levam o dinheiro. E aí começou a haver demissão, desemprego, e aí houve uma conversa de judiciário, legislativo e

executivo, e chegaram numa conclusão que tinha que dar um basta nisso. Proibir não tem jeito, você já falou aí. Teria que fazer uma lei com que dificultasse o máximo para esse pessoal, que vem de fora para levar o nosso dinheiro. E aí essa lei de 2005 vem sendo melhorada, não sei como é que fala aqui na câmara, ela vem sendo atualizada, vamos dizer assim. Eu vou ler o artigo dois para vocês entenderem, porque praticamente nunca mudou. Olha aqui, “artigo dois - a realização de feiras temporárias de vendas de produtos e mercadoria a varejo é condicionada a concessão emitida pelo município. Parágrafo único – as feiras estimuladas pelo município, feira de artesanato, feira de agricultura familiar, cuja comercialização de produtos tem a finalidade exclusiva de angariar fundo para igrejas, entidades filantrópicas e beneficentes, independe de concessão de licença do município”. Pronto, deu mais ou menos para entender que a lei veio para ajudar nós comerciantes e morador de Barra do Garças. Então, eu acredito o seguinte, que a partir de hoje vamos fazer, Júlio, com que essa lei realmente seja aprovada e sancionada pelo prefeito, porque igual você falou aqui, de nada também adianta se Pontal do Araguaia e Aragarças também não encampar. Eu até diria hoje para a pessoa que pretende se candidatar, segundo ele é pré-candidato, eu até brinquei aí e falei que também sou pré-candidato, eu ia batalhar para criar uma secretaria de fronteiras para resolver os problemas sociais das três cidades. Hoje os nossos problemas aqui empurramos para onde? Para Aragarças e Pontal. Nós temos a força de repressão maior, conseqüentemente vai estourar no mais fraco, não é verdade? Tanto é verdade que, vou me referir lá atrás também, fui convidado para uma reunião para resolver uns problemas parecidos com esse em Aragarças. Cheguei, quando vi quem estava na reunião, fiquei calado e saí calado. No outro dia eu liguei para a promotora: doutora, mas como você quer resolver um problema desse se você não tem nenhum representante de Barra e nem de Pontal. Não tem sentido doutora! Ela disse: “é, você sabe que é mesmo”. Falei: pois é! São coisas dessa forma, e é com diálogo, igual está hoje aqui, eu tenho certeza que vai dar certo, viu Júlio, tá pessoal. Muito obrigado! Acho que a oportunidade é agora, agora ou nunca. O vereador Júlio Cesar, presidente desta audiência, diz: Só para responder essa questão do Zé em particular, a gente convidou o Pontal, nós não convidamos Aragarças, mas vamos estar reunidos. Ah, o senhor está representante? Ótimo! O senhor João Marques diz: Boa noite a todos! Eu sou João Marques, sou presidente da Associação dos Feirantes de Aragarças e estou aqui representando todos os feirantes de Aragarças. O vereador Júlio Cesar, presidente desta audiência, diz: Senhor João, a gente não tinha essa informação, se o senhor puder fazer parte da mesa, isso é importantíssimo, até para depois, a gente não convidou os vereadores e nem a prefeitura pelo o que vem acontecendo algumas coisas lá na câmara junto a prefeitura municipal. Mas, estamos à disposição de

estarmos reunidos com a Câmara Municipal de Aragarças, como nós estamos em Pontal do Araguaia. O senhor João Marques diz: Ok! Muito obrigado. O vereador Júlio Cesar, presidente desta audiência, diz: Faço questão que o senhor faça parte da mesa. Agora é a dona Deusélia, não tem como ela escapar. A senhora Deusélia de Fátima Campos diz: Boa noite! Eu sou a Deusélia, mais conhecida como Fatinha, represento a Atrevidinha Modas e a Ousadia Modas. E o tema de hoje acho válido para nós comerciantes porque a gente tem sofrido muito. Inclusive, o final do ano nós sofremos demais porque o dia que estava entrando dinheiro no comércio surgiu aquela feira, que infelizmente até o nosso colaborador, que não tem consciência do que aquilo traz de atraso para as nossas empresas, pegaram comprando lá. Então é difícil. Pensa, o colaborador que tira o salário dele da empresa, eu acho que seria vergonhoso. E aquilo para nós foi um atraso. Eu acho que o comércio está muito difícil, mas aquilo ainda fez com que nosso dezembro ainda fosse pior do que o outro ano. Porque a minha loja afeta? A minha loja vendo muitas marcas, muitas multimarcas, produtos de valor mais agregado, mas ela afeta também gente porque tira o dinheiro da cidade. Eles vêm, leva todo o dinheiro da cidade, o dinheiro das pessoas que passam por lá, não traz um emprego, não deixa nada a não ser a sujeira. A gente correu muito atrás e eu tenho certeza que o Leonardo correu muito atrás, a Zilda lá da loja ficou em cima da CDL o tempo todo, sabemos o quanto eles correram atrás. Só que o objetivo dessa reunião aqui de hoje acho que é pra gente já travar, que foi colocado, para que não aconteça mais esse tipo de coisa. E eu não entendi porque dá um alvará de licença para uma pessoa dessa, e não entendo também porque a fiscalização depois que eles estão lá não podem ser autuados. Porque nós, nós não, nós temos que trazer todo o produto, vender com nota fiscal, recolher até quarenta mil gente, tem mês que eu cheguei a pagar quarenta mil de imposto. Então, é muito caro para nós ficarmos permitindo a nossa cidade, vocês que lutam pela gente sabem que nossa sobrevivência é essa, a cidade sobrevive muito do comércio. Então, temos que travar do início, e eu não entendo porque dá um alvará de licença para depois surgir tantas outras coisas, e também não consigo entender porque depois que já está instalado, vendendo tudo sem nota, levando toda aquela mercadoria daquele jeito, não pode a fiscalização autuar eles. Se eu teve época, gente, da gente mandar condicional fora da loja e eles falarem: olha, se o condicional atravessar a ponte e estiver em algum lugar ou em outro vai apreender sua mercadoria porque está sem nota. Mas, ela tem nota, ele está transitando para um cliente olhar. Mas, ele não pode ser feito assim. E a pessoa vem de São Paulo, Goiânia, de algum lugar, vem e instala e a fiscalização não pode intervir não sei porque. Eu reconheço o trabalho que você fez Leonardo junto, eu acho que mais pessoas lutaram e não entendo porque ainda ela aconteceu. Porque eu acho que temos que travar. Pedimos para

o Mauro que leve isso para o nosso prefeito, as outras prefeituras que estão aqui, que não permitam gente que esse alvará de licença seja dado para essas pessoas virem buscar o dinheiro do nosso comércio. Afeta muito a Atrevidinha que é uma loja que vende o produto um pouco mais agregado. Imagina os outros! Os outros que estão dando o trabalho, pagando imposto, pagando aluguel, energia, então isso é muito difícil. Então, eu acho que o começo é esse, a gente falar com vocês que estão representando os prefeitos dessas três cidades, que não permitam que o alvará de licença seja dado. O vereador Júlio Cesar, presidente desta audiência, diz: Muito bem Deusélia. Pessoal, depois todos esses questionamentos que todos estão fazendo vão ser respondido. Queria convidar o Henrique Cesar para fazer o uso da palavra. O senhor Henrique Cesar diz: Boa noite a todos! Eu sou representante da loja Baratex, e o que eu quero falar é só pedir, igual como não tem como retirar esses feirantes que vem aqui só para levar o dinheiro da cidade, o dinheiro da gente, a gente paga imposto, a gente paga energia, a gente gera emprego para a cidade, e eles vêm cá e só levam o dinheiro sem pagar imposto, só pagam uma taxa para a prefeitura para poder fazer a feira e leva o dinheiro. E eles vêm em duas datas que são praticamente as melhores datas pra gente, que é o fim de ano e o dia das mães que está chegando agora. Essas são as datas que eles escolhem para vir. Então, só queria dar uma opinião aqui se pudesse ou não tem como tirar eles, que trouxessem eles em outras datas. Por que eles não vêm agora em fevereiro que é um mês fraco para todo mundo? Traz eles no mês ruim para ver se eles vão querer voltar. Mas, a gente não quer. Mas, se não tiver como que não seja nas datas boas para nós, não é, que é o nosso final de ano e o dia das mães. O vereador Júlio Cesar, presidente desta audiência, diz: Senhor Pedro Pereira, Pedrinho conhecido, nosso amigo. O senhor Pedro Pereira diz: Boa noite gente para todo mundo. Eu começo dizendo que entrei no comércio em mil novecentos e oitenta e um, e foi esse aqui que me colocou no comércio, o senhor Antônio, que é meu primo aqui da Loja das Novidades. Ele tem uns dez anos na minha frente de comércio e eu tenho perto de quarenta anos. Então, não sou dos mais velhos aqui, mas também não sou dos mais novos, apesar do meu comércio ser um dos menores aqui da cidade, mas já tem um certo tempo de estrada, quase quarenta anos. Pois bem, o que acontece é o seguinte, o assunto aqui é a questão das feiras, não é Júlio. O que eu vejo é o seguinte, eu tenho acompanhado essa problemática de feira aqui desde o tempo da Camol, ali junto com a amiga ali, a Mara, eu acompanho aqui mais a Gisela, não sei se o irmão Divino estava lá também. Quando eles começaram a vir há cerca de vinte anos atrás, ainda no primeiro mandato do Zé Elias ali na Aragarças, acho que tem perto de vinte anos, e nós tentamos impedir isso lá de todo jeito, mas nós estávamos em desvantagem, irmão Divino, porque o nosso número de comerciante era bem menor do que os

feirantes que estavam lá, e aí a polícia fez foi ameaçar de prender nós lá, João, e tacar nós na cadeia, e nós não tivemos como resolver essa questão. Ainda tentamos uma reunião com o Zé Elias, até que ele atendeu a gente lá na reunião, mas ele falou que podia fazer pouca coisa com relação ao impedimento ou não dessa questão de feira. E aí daí para cá vem surgindo várias e várias feiras, e essa questão uma hora ou outra vem aparecendo. Dias atrás, esses tempos atrás, há uns dois, três anos atrás, foi aqui no Pontal uma feira que se dizia do Brás, não sei se era de lá, mas veio aqui dizendo que era de lá até para dar peso aí na região, aí fala que é do Brás de São Paulo. Agora por último teve essa aí agora no final do ano, no mês de dezembro, aqui na nossa Barra, e até então ainda não tinha tido uma da envergadura desse tipo que penalizou duramente o comércio. Nesse período que estou aí, João, de quase quarenta anos no comércio, é a época mais difícil que eu tenho passado, que a gente está atravessando é essa agora de quatro, cinco anos para cá. É a época nesse ramo varejista na área do supérfluo, que é a área que a gente atua aqui, todos nós aqui, é a área do supérfluo. O que é o supérfluo? É aquilo que você pode passar sem, você pode esperar mais e aguardar para comprar o produto. E aí o que acontece? Na época da gente ganhar um dinheirinho a mais, Garrincha, veio a feira aqui, o caso dessa feira última aqui, e aí ficou um jogo de cintura no decorrer dessa feira aí, houve um jogo de cintura que precisou de alguém dar uma explicação melhor, um tentando jogar para o outro. Tentaram jogar para o poder público. Até liguei, Dr. Mauro, na rádio na hora que estava falando sobre isso e falei que o poder público talvez não era o único culpado da feira ter ficado aí estacionada e ter ficado aí uns três dias na época do natal. Aí parece que alguém recorreu à justiça, ao judiciário, e me desculpe aí o representante da CDL, eu nem sabia quem era o representante da CDL na época, eu nem sei se o senhor já estava na época, parece que estava havendo uma transição de mandatos de maneira que eu vi uma pequena atuação de quem representava a CDL naquela época. Se teve alguma atuação não foi suficiente para impedir com que aquela feira viesse para cá, ficar aí e levou o dinheirinho da gente que já era pouco que estava circulando. Foi um dos piores finais de ano que já teve, Antônio, nesses quarenta anos que estou no comércio, você me falou também que foi, foi esse final de ano agora. Agora eu quero acreditar que o pior já passou. Independente de feira ou não, eu quero crer que, com esse novo presidente que entrou aí, acho que as coisas tende a melhorar daqui pra frente. Essa questão dessas feiras aí se complicou mais, Júlio, depois que ampliou essa estrutura imensa de feiras, de fabriquetas de fundo de quintal em Goiânia, que parece que tem mais de dez mil fábricas de fundo de quintal. E o que acontece? Eles já acabaram com aquela Bernardo Saião ali, que era uma estrutura monstra; quebrou aqueles comerciantes ali tudinho; quebrou o Brás, até o Brás

está penalizado. O Brás já vinha numa situação difícil e depois dessa estrutura de Goiânia quebrou até o Brás, está arrebrandando. Quando nós começamos comprávamos só lá, não é Antônio, no Brás. Você vai no Brás hoje a maior parte da loja está fechada. A mesma coisa aqui da Bernardo Saião. Então, é uma situação que precisa de alguém que está governando, que está administrando, o poder público ver, começando por aqui, e a gente vai ter que achar mais adeptos pra gente chegar num consenso. Então, o que acontece? Esse pessoal está lá e eles vão se espremendo. Quem está num raio aqui de Goiânia, de uns quinhentos quilômetros aqui perto de Goiânia, tudo está sendo penalizado, porque eles lá quando a situação fica difícil vão tentando achar lugares para expor a mercadoria deles e vender para sobreviver. É a questão da sobrevivência. Agora o que acontece? Já foi falado aqui que não pode proibir. Eu também acho que não tem como. Agora o que tem que fazer, Júlio, na minha opinião: se a pessoa acha que a praça aqui é uma praça boa, a praça de Barra do Garças, para se instalar, botar um comércio, que venha e abra suas portas, Dr. João, igual eu que tenho minha porta aberta ali. Você não imagina o que eu gasto ali, por pequeno que seja aquele comércio meu, que o senhor conhece, o que se gasta ali por mês para se manter uma porta daquela aberta. Então, se a pessoa acha que é bom, que o poder público, na hora que eles baterem na porta aqui, que quiserem vir para cá, que arrume um jeito deles se estabelecerem aqui, abrir uma porta e pagar todos seus tributos, funcionários, aluguel, enfim. Então, acho que é por aí. A situação é complicada. E ainda só pra encerrar eu queria tocar num outro assunto, Júlio, que está fora desse assunto aqui, mas eu quero tocar porque eu falei até com o senhor João esses dias com relação a essa questão de som, tanto essas caixas que são colocadas nas portas dos comércios, como o som volante aí de carro, um atrás do outro. Isso é insuportável. Eu não sei se tem como vocês vereadores também achar um meio de dar uma resolvida nisso aí. Eu estive até na prefeitura esses dias atrás para pegar um documento lá, para ver se eles me davam uma cópia, o que dizia, se tem uma lei que fala quantos carros de som tem na cidade aqui registrados, se tem que ser registrados para falar, a altura, não respeita também o feriado, o domingo. Tem uma lei que parece que fala que tem que respeitar os horários. Então, isso aí também tem que ser visto, Júlio Cesar, não é só essa questão da feira não. Muito obrigado, boa noite! O vereador Júlio Cesar, presidente desta audiência, diz: Dizer para o Pedrinho que o intuito nosso é isso que você falou, é dificultar essas feiras para virem em Barra do Garças, dessa audiência. Queria convidar aqui o senhor Valdivino Couto, que é presidente da Associação dos Ambulantes ali do Camelódromo. O senhor Valdivino Couto diz: Boa noite gente! Eu quero iniciar aqui fazendo uma observação. Será que os comerciantes da Barra é só esse povo? Eu admiro muito isso porque eu não sou um grande empresário, sou um pequeno

vendedor, mas com muito orgulho com que eu criei minha família e paguei o INSS até o dia que me aposentei. Eu quero dizer que nós estamos aqui no intuito de apoiar todos os comerciantes, porque eu entendo que é através dos comerciantes locais que a cidade vive. É quem contribui, é quem vai no mercado comprar o seu alimento, é quem abastece carro, é quem paga IPVA, é quem paga IPTU, é esse povo que está aqui. Vocês estão entendendo? E por isso que eu estou aqui, para somar com vocês, para nós juntos com esses vereadores bem intencionados, foi um prazer conhecer o senhor doutor, o senhor é neto do Lázaro Sipriano? Por sinal parece muito. Então, eu já estive lá, só cortando aqui, na CDL, mas era na gestão anterior. Eu precisava falar de um assunto, até era disso mesmo, mas disse que tinha que marcar uma audiência, falei: eu não venho aqui não, não venho aqui mais não. Mas, agora acho que mudou as ideias, não é? Então, eu quero dizer para os vereadores que são bem intencionados que faça uma ferramenta e entrega na mão desse cidadão bem aqui, esse aqui: João Vieira. Conheço esse cidadão desde o tempo da LBA, muitos aqui nem sabem de quem eu estou falando, no tempo do prefeito Carolino, e eu conheço a competência e o pulso que ele tem. Agora eu quero só, vereador, citar mais uma coisinha, além da poluição sonora que incomoda, inclusive o Lázaro Sipriano fez uma lei para combater isso aí, deve ter essa lei, e essas “carretinha”, “tripezinho” na calçada. Porque nós trabalhávamos na calçada na praça e no tempo do Wanderlei Farias, o João Vieira lembra, nós saímos, alugamos, estamos pagando cinco mil e setecentos reais de aluguel para acumular o pessoal, e com uma proposta de fazer uma limpeza na cidade. Hoje tudo que é esquina, nas portas dos bancos, tem uma pessoa vendendo um produto que tem na cidade, tem comércio instalado de celular, capa, carregador e etc., bateria, tem gente na rua vendendo, que também está incomodando alguém. Agora apareceu uma modalidade que incomoda pra caramba, é uns vendedor de cartela que você não pode entrar num banco, numa casa de loteria, que tem um cara te incomodando, te enfiando querendo que você compre a cartela. Vai caçar o que fazer rapaz, eu não quero comprar isso não. Está incomodando vereador. Vocês estão entendendo? Já que é para falar em limpar a cidade, poluição sonora incomoda, vendedor na rua, na calçada, que pode ver que não tem lugar de passar. Aqui eu passei em frente o Banco do Brasil ali e está uma feira de fruta, e agora eles estão vendendo também venda de moto. Uai! Esse povo não tem loja para trabalhar não? Então é isso vereador. Vocês, vereador, presidente, meu amigo, dizem que nós somos da mesma aldeia, eu e ele aqui, estou aqui para fazer um pedido, agora só quero fazer uma colocação, vocês sabem muito mais do que eu que em Aragarças ninguém vai conseguir porque essa mercadoria que vem de Goiânia até o pé da ponte já está tributada. Como é que vai fazer? Cobrar imposto mais? Ela está dentro do Estado. Agora não deixa passar da ponte para cá não



porque ela incomoda nós. Muito obrigado! Desculpa pelo tempo. O vereador Júlio Cesar, presidente desta audiência, diz: Tem mais algum comerciante inscrito que queria falar, usar da palavra? Não! Pessoal, então vou passar aqui para o presidente da câmara, Dr. Joãozinho, para fazer o uso da palavra. O vereador Dr. Joãozinho, presidente da Câmara de Barra do Garças, diz: Boa noite a todos! Quero cumprimentar à mesa na pessoa do Dr. Leonardo, seja bem-vindo Léo! Cumprimentar aos presentes, são tantos amigos de tanta data. Quero cumprimentar aos meus colegas advogados na pessoa do Sávio. Dizer que, primeiro enquanto representante da câmara, os servidores do município que se fazem presente, os colegas também do legislativo dos municípios vizinhos. Quero dizer primeiro que é uma grande alegria estar recebendo vocês comerciantes, servidores públicos, todos os envolvidos nessa questão. Dizer que nós pretendemos transformar isso numa tônica nos próximos dois anos. Nós vereadores dessa Casa temos conversado muito. Acho de fundamental importância que a comunidade se reúna para discutir os seus problemas. Eu tive a felicidade, a Mara é minha contemporânea dessa época, no ano de mil novecentos e oitenta e oito, final de oitenta e oito quando eu mudei para cá, eu tive a oportunidade de trabalhar com o então recém instalado aqui Olay Batista, o Olay da Econômica. Eu trabalhei com o Olay por três anos, a loja ainda era do lado direito da avenida no sentido de quem sobe, propriedade do finado Ivonício, dono da TV COR. E depois disso, nos idos da época de faculdade, trabalhei ainda no comércio. E sou testemunha do quanto as coisas mudaram, é preciso que tenhamos muito isso e essa Casa tem que ter essa leitura da necessidade que há da proteção do comerciante local. Isso não é desconhecido de ninguém. Hoje, para que vocês tenham uma ideia, há trinta anos atrás nós tínhamos de grandes grupos aqui a Pernambucana, que estava falindo naquela época, era uma loja do grupo *Ludwig*, que era um pessoal do nordeste, a Mara trabalhou lá, e não havia nenhum grande grupo na Barra. Nós tínhamos o *Tawfiq* que tomava conta da loja do Ata ali do outro lado, e algumas pequenas lojas. Então, nessas três décadas, três décadas e meia, os grandes grupos invadiram a cidade, nós sabemos disso. Não é censura, é uma constatação. Nessas três décadas a *internet*, segundo dados recentes, abocanhou mais de um terço do mercado do varejo. Então, essas são situações que vocês que são comerciantes, nós que somos neste momento históricos encarregados de administrar nossa cidade, temos que ter consciência de todos esses dados porque são eles que devemos pontuar. Eu acho que a feira, a briga com a feira é importante. Mas, mais importante que isso, eu creio, é que nós tenhamos a consciência, Dr. Leonardo, que precisamos criar campanhas, nos organizar de forma frequente, para que possamos desenvolver atividades que envolvam o comércio, que fomentem o nosso comércio. Eu estou de viagem marcada para Água Boa, coisas boas a gente

copia, tem uma colega vereadora, Água Boa trabalhou um projeto lá, eu amo Água Boa, que é um projeto de incentivo para que as pessoas da cidade, conscientização ao incentivo, campanhas, enfim, para que as pessoas comprem no comércio local. Nós sabemos que isso é o nosso papel. Então, essa Casa, e aí vou encerrando essa fala, está muito ciente disso. Parabenizo os presentes. Quanto, já ouvi algumas falas aqui, ao quantitativo, a quantidade relativamente pequena, eu me tranquilizo muito de dizer que todo movimento humano é assim mesmo, sempre há os líderes, os cabeças, aqueles que se dedicam mais ao enfrentamento das situações. Isso não é só no comércio, é em todas as áreas, não é doutor. Nós vamos fazer reunião da OAB, nós somos quinhentos hoje, mais um pouquinho, aí vão lá cinquenta, quarenta, trinta. Essa é uma realidade em todos os lugares. Então parabenizo. Não se desestimulem. Essa Casa fará muito em breve outras reuniões, faço questão que vocês participem. Participem também em outros momentos da vida do nosso município, aqui é o lugar de discutir, de apresentar propostas. Algumas vezes, algumas pessoas têm a impressão, eu já ouvi isso, ah, mas uma audiência pública não delibera. Não, é hora de você ouvir, de você apontar, de você conhecer argumentos. Nós, que somos encarregados nesse instante de legislar, de ouvir para que se possa apontar soluções. Nós somos um povo. Hoje nós estávamos na prefeitura e foi anunciado lá, por exemplo, a recuperação do nosso aeroporto. Aliás, a recuperação não, o fortalecimento, a reestruturação do nosso aeroporto, uma coisa muito importante. Nós precisamos enquanto poder público, eu digo isso, fomentar. O sujeito pensa que o Paulinho faz um simpósio lá. Ora, todas as nossas atividades estão entrelaçadas. O sujeito vem aqui lá do Baixo Araguaia participar de um simpósio, qualquer que seja, aí enquanto tem aquele intervalo do almoço, sabe o que ele faz? Ele vai na loja e compra um presentinho para levar, como nós fazemos quando vamos lá para o nordeste, quando vamos em qualquer lugar. Nós precisamos ter noção de tudo isso para que possamos avivar o nosso comércio. Parabéns a vocês, sejam bem-vindos! E eu espero que retornem quantas vezes forem necessárias. Acho que ela quer a palavra Julinho. A senhora Deusélia de Fátima Campos diz: Eu não entendi muito bem quando o senhor colocou que a *internet* realmente a gente perde muito a venda pela *internet*, não é, pelos *sites*. Inclusive acredito que um terço sim. Mas aí eu não entendo quando o senhor falou, que ela a gente não pode fazer nada a não ser tentar trabalhar também fazendo algo diferenciado. Mas, quando a nossa preocupação com o que vem e traz o dinheiro, quando o senhor colocou ele secundário aí, eu não entendi muito bem a sua fala. O vereador Dr. Joãozinho, presidente da Câmara de Barra do Garças, diz: Fátima, não é? Fatinha como você disse que gosta de ser chamada. Não, não disse isso Fátima. Eu disse que essa também deve ser uma preocupação. Mas, eu disse o seguinte, que nós enquanto Casa temos que ter essa leitura porque essa

também deve ser uma preocupação. Mas, que nós não devemos nos ater apenas a isso. Eu disse que essa Casa tem que ter o compromisso de levar adiante, de tocar em parceria com os comerciantes, políticas, ações que visem fortalecer o nosso comércio. Eu disse desses dados porque toda vez que você vai criar uma política pública você tem que partir de informações de considerações fáticas. Então, quando eu disse isso, disse no sentido de que hoje em relação a três décadas e meia é muito mais difícil sobreviver no comércio. E isso exige de nós muito mais ações, e exige inclusive do poder público, e é isso que estou dizendo, o encampamento de muitas ações, de muitos empreendimentos, de políticas públicas, de nós abraçarmos. Essa é nossa *slogan* inclusive da nossa gestão, de estar de mãos dadas todos nós, sabendo dessa dificuldade para que nós possamos fortalecer o nosso comércio. Não quis em nenhum momento minimizar essa questão, até porque essa questão da feira especificamente não vou, há técnicos aqui, eu acompanhei o Léo, a luta do Léo para tentar impedir, sei disso. Então, não quis minimizar a questão não, Fatinha. Disse que isso é importante, mas que também outras medidas são importantes. O vereador Júlio Cesar, presidente desta audiência, diz: Está respondido dona Fátima? A senhora Deusélia diz: Para nós recuperarmos isso a não ser com mais mídias, porque a gente tem hoje um custo muito maior e vendas menores. Mas, isso que a gente pode intervir, isso é o que nós precisamos de lutar. O vereador Júlio Cesar, presidente desta audiência, diz: Vou passar a palavra agora para a secretária de finanças, acho que é a pessoa mais esperada aqui da noite, para responder alguns questionamentos que foram feitos na audiência. A senhora Lucely de Souza Cruz Torres, secretária de finanças, diz: Boa noite a todos! Meu nome é Lucely de Souza Cruz Torres, estou como secretária de finanças. É uma guerra que a gente trava diariamente quando se trata de recursos. Quando o cidadão se deslocou ao município solicitando o alvará, Fatinha, ele chegou e dirigiu-se ao setor competente, como todo cidadão normal, o senhor João Vieira entendendo que prejudicaria não só você Fatinha, não só o senhor, mas toda a sociedade barra-garcense, inclusive os nossos colegas aragarcenses e do Pontal do Araguaia, nós entendemos que precisaria passar pelo jurídico. Nesse intervalo eu gostaria de salientar que o nobre advogado também correu atrás. Gostaria de salientar que os vereadores também correram atrás. Meu telefone não parava de tocar: vocês vão negar o alvará. Passamos para o nosso jurídico, nosso corpo jurídico acompanhou o entendimento do corpo técnico e coube a mim, como secretária naquele momento, que estou, dar a caneta final. Quando assim eu fiz acompanhando os dois colegas e também entendendo, eu tenho o mesmo entendimento e sou solidária ao sentimento de vocês. Por que? Porque vocês empregam. Lá tem uma criança de dezesseis ano no primeiro emprego. Se você não tem como pagar o salário dela, por mais que seja a metade

de um salário mínimo, ela vai sair de lá e procurar outro tipo de refúgio, e Deus sabe o que realmente vai acontecer com essa criança. Então, quando eu assinei já assinei com peso na consciência. Falei: vou ser abordada a qualquer momento por um oficial de justiça. Nosso expediente encerra-se às dezoito horas. Nesse dia cinco horas da tarde eu vazei, falei: vou para casa porque aqui eles não me encontram, eles não sabem onde eu moro. Fui para casa. Quando foi nove horas da manhã, senhora Fatinha, o oficial de justiça estava batendo na minha porta. Quem deu meu telefone e endereço para ele eu não sei, só sei que ele me achou, me achou e foi incisivo quando ele falou para mim: “ou a senhora cumpre a ordem do juiz, ou a senhora vai ser levada”. Só tive que assinar. E ele foi claro, eu perguntei pra ele: o juiz entendeu qual e a preocupação quando nós escrevemos? Porque nós escrevemos de forma simples. Por que? Porque não tinha nenhuma lei falando é proibido que de fora venha e leve seu recurso para fora para gastar lá. Não tinha nada escrito falando isso. Eu só me embasei no que? Que nós perderíamos nossas receitas referente porque quando vocês são prejudicados no comércio é uma bola de neve, reflete no poder público. Por que? Porque nós não temos como ter recursos para pagar remédios, para manter hospital, para manter pronto-socorro, para manter vinte e duas unidades, para aumentar salários de funcionários, que nós estamos encampando também esse assunto, que já vem de longo prazo. Então é uma cadeia, não é só o comércio de A ou B, é toda a sociedade que perde. Vocês não fomentando o comércio aqui, infelizmente quando você for ser atendido na UPA, você não vai ser atendido com excelência. Por que? Porque lá não tem o recurso que deveria vir dos nossos tributos, que devem ficar aqui dentro. Então, o que eu gostaria de salientar? O senhor João vai falar com um pouco mais de detalhes, porque ele realmente é o nosso pioneiro quando se trata de tributos e muito bem merecido. Quando eu estava como secretária de finanças em Querência, Mato Grosso, lá nós colocamos uma placa escrito, até para os ambulantes, eu vejo que vocês reclamam muito dos ambulantes, mas vocês não tem noção do sacrifício que o município faz para impedir. O senhor João vai lá de manhã juntamente com a Julyelle, que está seguindo os mesmos passos do senhor João, quando é nove horas da manhã eles estão de volta. O senhor João vai lá nove horas, meio-dia infelizmente os infelizes estão lá de volta. Lá em Querência nós escrevemos na placa: é proibido, doutor. O juiz mandou a gente retirar a placa. Por que? Porque feria a Constituição, direito de ir e vir. Nós tivemos que mudar a redação. Como Querência só tem uma entrada, que é um pouco diferente de Barra do Garças porque nós temos algumas entradas, lá era mais fácil de você impedir. Aí a gente conseguiu, colocou lá: tudo bem, vocês podem entrar desde que passe no município, solicite o alvará, faça isso, faça aquilo. Inibiu um pouco? Inibiu. Mas, mesmo assim você vira as costas.

Final de semana eles sabem, alguém tocou no assunto falando que nós não temos realmente que, acho que foi o senhor José, cadê ele? Foi embora. Mais cedo ele tocou no assunto para mim que diz que a fiscalização tem que ser mais intensiva. Eu também concordo. Mas, aqui eu tenho colegas que sabem que a nossa prefeitura já tem bastante funcionário, mas Barra do Garças está crescendo demais, Barra do Garças está crescendo muito. Quando o Dr. Joãozinho falou, ele foi feliz em falar que Barra do Garças está crescendo. Um sinônimo de crescimento é o governo disponibilizar trinta e cinco milhões para um município do tamanho de Barra do Garças. Então assim, nós estamos sim a favor da sociedade, nós estamos sim, prefeitura municipal de Barra do Garças, a favor dos comerciantes. Nós queremos ser o mais justos e corretos possíveis. Então essas são as minhas palavras, muito obrigada a todos e boa noite. O senhor João Vieira, coordenador do plano diretor, diz: Boa noite! Meu nome é João Vieira, sou coordenador do plano diretor e trabalho junto com a Julyelle na fiscalização de obras, tributos e posturas. Quando o cidadão Tiago chegou a nossa cidade, ele foi à prefeitura e fez um requerimento para fazer um evento, e nesse momento ele entrou logo em seguida com uma documentação, e ao ser analisada pela Julyelle essa documentação a gente verificou que se tratava de uma feira itinerante do Brás, ponto pacífico: não vamos aprovar isso daí. Primeiro passo, liguei ao Dr. Leonardo, a princípio falei com a Fátima, e expliquei, falei: olha, estou com isso aqui, vou indeferir, vou apresentar isso a senhora secretária, mas gostaria que vocês já entrassem com um pedido e tomem conhecimento da situação. Por que? Porque no passado, o José Alves estava aqui, ele participou de várias situações dessas de impedimento de feiras, o André, Pedrinho, sabem muito bem disso. A primeira foi ali naquele salão onde o Nilo velho tem como depósito hoje. Ele alugou e ali instalou-se uma feira, e isso foi nos idos de dois mil e seis, dois mil e cinco aproximadamente. Juntamente com a CDL da época nós fomos ao local e impedimos isso daí, em dois dias conseguimos fazer com que eles abortassem. Logo em seguida, houve várias feiras, aí veio o nome de Camol. Hoje ela está se referindo a feira do Brás, que de Brás não tem nada. Toda a documentação desse cidadão que esteve aqui é do Paraná, então não tem nada do Brás. Diante daquilo que a CDL se mobilizou, o nosso jurídico, a Dra. Tania, indeferiu. Mas, a gente já sabia de antemão que seria uma tênue decisão. Por que? Porque eles são pessoas que já estão acostumados a enfrentar demandas em todas as cidades do interior do Paraná. Então, lá eles têm um rol dessas cidades já com embates jurídicos com prefeituras, e eles vieram para cá já armados sabendo que iria ser indeferido. Foram numa liminar ao juiz, que deu causa à prefeitura. Fizeram recurso e aí sim numa decisão mais abalizada, o juiz chegou inclusive a fazer em determinado momento para a secretária dizendo que não é o que o município acha que pode

fazer para defender o comércio, tem que estar baseado em lei historicamente, e isso é verdade. Muito bem, diante de tudo isso culminou-se com o recursos deles e o juiz proferiu e disse que era para fazer a entrega do alvará de funcionamento para eles ainda naquela data, que já era de noite. No sábado de manhã a secretária foi localizada, reuniu a nós na prefeitura e tivemos que elaborar a DAM, documento de arrecadação, para ele pagar, que ainda não foi paga e será protestada, será inscrita em dívida ativa certamente, e foi elaborado o alvará e nós tivemos que ir lá e entregar para ele o alvará, ocasião em que eles fizeram a referida feira. Então, respondendo ao Henrique e a Fátima da Atrevidinha, nós não demos, nós fomos obrigados judicialmente a fazer isso. Agora, o que a CDL fez? Mobilizou-se. O que a câmara municipal está fazendo? Mobilizando-se em conjunto com a CDL. Nós já tivemos uma reunião preliminar. Essa semana tivemos outra reunião a nível de prefeitura e nós estamos todos imbuídos, juntamente com vocês, em fazer com que proibir talvez não, mas dificultar para essas pessoas o máximo possível. Já existem algumas situações que estão sendo elencadas que o Dr. Mauro, Dr. Leonardo, o Fabiano e outros secretários, inclusive o Júlio, Dr. João, poderão falar melhor a esse respeito com a colaboração de vocês. Essa audiência pública é para esclarecer esses fatos, é para ouvir vocês enquanto comerciantes, é para ouvir a comunidade. Por que? De alguma forma quem perde é o município, e se nós não temos a lei vamos fazer que a partir desse instante seja discutido, seja realmente concretizado essa situação para salvaguardar o direito de vocês. Muito obrigado! O senhor Pedro Pereira diz: O senhor falou que, primeiro vou voltar um pouquinho atrás, parece que quando eles pediram uma autorização aqui, parece que já estavam vindo aqui da região da Água Boa, se não me engano, alguém aqui comentou isso, ou era de Xavantina. E aí parece que o prefeito de Xavantina ou foi Água Boa, estava não sei onde fora do Estado, e aí quando soube ele já estava instalado lá, e aí parece que tinha recolhido em torno de cinco mil reais lá no jurídico, no financeiro da prefeitura de Xavantina, não é, e aí o prefeito foi comunicado através do comércio, e aí ele pediu que a prefeitura fosse lá e devolvesse os cinco mil reais pra ele e ele se retirasse do município, e parece que assim foi feito. Aí eu queria questionar com o seguinte, quando eles pediram essa documentação já estavam aqui com a mercadoria ou não estava aqui ainda o pessoal? E outro questionamento é o seguinte, me surpreendeu demais, eu achei que eles pelo menos tinham que ter pagado o valor que vocês cobraram, então nem pagou. Isso aí talvez um juiz não teria impedido da prefeitura ter cobrado isso antecipadamente. O que aconteceu que nem pagou o município? O senhor João Vieira, coordenador do plano diretor, diz: Bom, ele não pagou o município ainda porquê? Porque ele já de forma artilosa contestou, com um requerimento, o valor daquela taxa que foi

estabelecida. Com isso ele ganhou mais um tempo. Só que tem um detalhe, se for inscrito no CNPJ dele, no CPF, acabou. Vai ficar ali paradinho, dívida ativa, protesto, aonde ele for aquele CNPJ, aquele CPF vai estar queimado. Então, tem um prazo regulamentar para que o jurídico do município proceda dessa forma, e isso ocorrendo certamente ele vai ter que vir aqui pagar no valor atualizado ou então ele terá consequências com seu CPF ou CNPJ da empresa dela. O senhor Pedro Pereira diz: E com relação você não sabe dizer se ele já estava aqui com a mercadoria quando eles pediram essa autorização ou só estava o representante? O senhor João Vieira, coordenador do plano diretor, diz: Não, eu não sei. O senhor Dr. Leonardo Carvalho da Mota, presidente da CDL, diz: Senhor Pedro, vou pedir só uma parte para eu responder, e vou falar que não é fundado numa certeza, mas nós colegas advogados aqui... Meu nome é Leonardo Carvalho da Mota, sou o atual presidente da CDL, sou advogado também aqui na cidade e empresário. Senhor Pedro, só uma parte em relação, ainda não é minha fala definitiva de hoje. Mas, só para esclarecer, realmente eles vieram de Nova Xavantina e instalou-se aqui uma sensação de que nós conseguiríamos impedir a vinda deles, como foi impedida em Xavantina. E até suscita a dúvida: por que lá conseguiram e porque aqui não? Eles não tentaram juridicamente em Xavantina, e a explicação para isso, e aí eu estou ainda no achismo do direito, é porque Barra é uma praça que vale a pena lutar na visão deles, Xavantina nem tanto. Então, se eu tenho uma bala para gastar, vou gastar na cidade maior. Então aqui era uma cidade que valia a pena a briga ser comprada, lá não. Ah, não podemos ficar aqui, beleza, a cidade que eu quero mesmo ainda estou indo pra ela. Então eu vejo, na minha intuição como advogado, que eles escolheram qual batalha iriam brigar. A minha visão é essa em relação a esse detalhe. Inclusive o nosso assessor jurídico que está aqui, o Dr. Gabriel, acompanhou, conversou com o magistrado na época, tentou de todas as maneiras para que ele visse o lado do comércio. Mas, infelizmente de uma decisão judicial nós realmente não tínhamos o que fazer naquele momento. Até conseguir, as vezes, derrubar isso num tribunal a feira já teria acontecido, já teria ido embora. Então, naquele momento, a partir do momento que veio uma decisão judicial que determinou que acontecesse, apesar de todos os nossos esforços em conjunto para que ela não se realizasse, tivemos uma vitória parcial, mas depois nós fomos revertidos por uma decisão judicial. Acho que isso é importante mesmo de ser salientado, e isso não aconteceu dessa maneira em Xavantina porque realmente eles não brigaram lá. Talvez o juiz de lá não tivesse dado a liminar. Cabeça do magistrado, a gente vive, tem a brincadeira jurídica, a gente não sabe o que cada um da forma como vai ser julgada. Mas, sobre esse assunto é o que eu queria fazer essa parte na fala. Eu ainda vou deixar para o final para eu poder dar as minhas explicações aqui, tá Júlio. Se me for permitido, eu gostaria de retomar a palavra

depois. O vereador Júlio Cesar, presidente desta audiência, diz: Tudo bem! O senhor João Vieira, coordenador do plano diretor, diz: Só para fazer um complemento. O vereador Júlio Cesar, presidente desta audiência, diz: Dr. João, só fala seu nome porque está sendo gravado. O senhor João Vieira, coordenador do plano diretor, diz: João Vieira, continuando com a palavra. Só para fazer uma outra explicação a respeito de som automotivo. Esse som automotivo já está na mira da Julyelle, que vai sair para a rua já semana que vem atuando todo esse pessoal aí de som, e parece que, espero que não haja muita guerra nesse meio. Quanto aos ambulantes, eu, a Julyelle e a Vanessa da vigilância sanitária, nós fomos chamados pelo Dr. Paulo Henrique, promotor, e lá, juntamente com a Dra. Poliana do jurídico da prefeitura, nós conseguimos um prazo para fazer adequações, senhor presidente, no Código de Posturas para tratarmos de um assunto já em andamento com a câmara municipal a respeito dos ambulantes. Nós já temos uma conversa bem adiantada com os vereadores desta Casa, e agora com a presidência do Dr. João, onde nós temos até trinta de abril o prazo para poder fazer definitivamente uma revolução, uma situação aí que vai ser bem aceita, acredito, e bem acolhido pelo comércio e pelas pessoas. Há um grande projeto para ser tratado. Nós temos ambulantes, pessoas que moram aqui na cidade e que eles dependem muito disso. Recapitulando, devo dizer ao Valdivino, que é a testemunha viva disso, no ano de 2009 todo esse pessoal estava na rua, foi classificado todo mundo, colocado no local ali quando foi o Camelódromo e de lá para cá todos viraram microempresários e estão trabalhando. Em 2013, Roberto sensibilizado, a gente também levou pra ele a situação, e ele abriu o segundo Camelódromo e nós colocamos lá quarenta e três pessoas, se não me engano. Os senhores não acreditam, mas vinte e quatro venderam e voltaram para a rua. Quer dizer, eles receberam um ano de aluguel de graça, eles saíram da informalidade e foram para dentro de um local onde tinha água, luz, sombra, tinha tudo, e vencido um ano eles venderam o ponto e saíram novamente. Nós temos uma guerra terrível, nossos fiscais foram agredidos numa situação desagradabilíssima no ano passado aqui em frente do Banco do Brasil, quatro policiais militares foram punidos, transferidos, nosso fiscal está traumatizado até hoje e os dois indivíduos agressores estão trabalhando na rua. Então, em conjunto com a câmara municipal, em conjunto com a CDL, que eu já levei isso ao presidente, e numa reunião histórica, vamos dizer assim, nós conseguimos afinar na última semana com a câmara municipal, através do vereador Júlio e o Leonardo, que nós vamos atacar nesse seguimento. Muito obrigado! O vereador Júlio Cesar, presidente desta audiência, diz: Me parece que a secretária de finanças quer fazer uma fala. A senhora Lucely de Souza Cruz Torres, secretária de finanças, diz: Lucely, secretária de finanças. O senhor falou do fato dele ter começado a trabalhar sem



ter pago. Até então, no sábado às nove e cinquenta e cinco, nós achávamos que havíamos ganhado. E a emissão da DAM é feita posterior a ordem do juiz, tanto é que nós tivemos que sair, tive que locomover das suas residências a Julyelle e o senhor João Vieira para confeccionar a DAM e o alvará e entregar. O senhor tem noção que você vai para uma guerra, luta, luta e depois você tem que ir lá. A Julyelle infelizmente é quem foi junto com o rapaz: olha, você ganhou essa, toma, só que você vai levar a DAM. Quando ele viu a DAM que tinha quatro dias lá, ele ainda se achou ofendido. Só que respondendo o que vai acontecer com ele, completando o que o senhor João falou, além do protesto caso ele não venha a pagar. Será ajuizado e com certeza o CNPJ dele não consegue tirar mais uma mercadoria porque ele vai precisar de uma certidão e sem uma certidão negativada no juiz, e nessa hora o juiz vai ser a nosso favor. E graças a Deus porque o juiz só aceita as nossas ações, os nossos encaminhamentos do dia a dia de ajuizamento de dívidas, quando inscrita na dívida ativa, a partir de dois mil reais, menor do que isso ele não aceita. Como o dele é cinco mil reais pode ter certeza que vamos continuar brigando com eles até o último instante. O vereador Júlio Cesar, presidente desta audiência, diz: Queria passar a palavra ao secretário Mauro Piauí. O senhor Mauro Piauí, secretário de planejamento, diz: Boa noite a todos e todas! Meu nome é Mauro Piauí, secretário de planejamento do município. Quero cumprimentar os colegas da mesa na pessoa do vereador Dr. João. Agradecer a câmara, o vereador Júlio Cesar por estar convocando essa audiência pública para nós estarmos discutindo esse tema importante. Todos já falaram, essa é uma situação que vem ao longo dos anos, já foi falado, o Pedrinho, vinte anos. Eu estava pensando, antes da Camol já tinha uma, o João Vieira falando. E nós aqui do município somos parceiros de vocês, estamos sempre querendo colaborar, e esse fato dessa feira ter acontecido não foi uma decisão do município, já foi falado, foi uma decisão judicial. Como nós falamos, já foi falado, antigamente era a Camol, eles vinham. Agora vem uma empresa de feiras, uma empresa que monta feiras, e aí a gente tem que se organizar também. Então, como vocês estão reunidos, a câmara também, o município, o João Vieira já falou, nós também estamos lá debruçados para encontrar uma legislação que vai ao encontro do anseio de todos vocês, da cidade de Barra do Garças porque nós sabemos que não é benéfico esse tipo de comércio. Mas, nós sabemos também que não podemos proibir. Eu me debrucei lá esses dias sobre a melhor legislação que a gente pode encontrar para esse caso, e a gente foi verificando as decisões judiciais, essa empresa em especial e várias outras, principalmente na região sul onde já foi falado, o José Alves Piedade falou da lei de Joinville, mas tem várias cidades que tem as leis específicas para as proibições, só que mesmo assim essas empresas conseguem junto aos tribunais de justiça derrubar os pontos que essas leis tentam

dificultar a presença das feiras e elas se realizam assim mesmo. Então, sabedores disso nós temos que nos preocupar em fazer uma boa lei realmente, porque o principal argumento dos tribunais que a gente verificou é a lei da livre concorrência, está na Constituição que a gente não pode permitir, e também a proteção ao consumidor. É o que eu vi lá porque o menor preço, e eles estão oferecendo o menor preço, então a gente não pode proibir isso, que o cidadão faça a escolha pelo menor preço dos objetos que ele quer comprar. Então, a título de sugestão para a câmara dos vereadores, eu acho que aqui nós temos duas leis complementares no município que pode tratar desse assunto, que é o Código Tributário Municipal e o Código de Postura do município. Então, a título de sugestão para a câmara de vereadores, eu acho que devemos pegar todas as legislações pertinentes e tentar colocar elas no Código Tributário, fazer uma emenda, colocar os artigos que acharmos que é inerente a questão de dificultar, porque proibir a gente não vai proibir, e aí tem muitas sugestões, e também no Código de Postura. Porque eu vi na jurisprudência, não sei os outros colegas ou o próprio jurídico da câmara viu, que algumas decisões dos tribunais declaram até a própria lei toda do município inconstitucional. Então, uma lei complementar que está embutida lá certos artigos dificultando, colocando, por exemplo, eles só conseguiram judicialmente porque a nossa legislação realmente a gente tem que dar a mão à palmatória porque ela é fraca. Igual o João falou, não tem nada específico, não é. Eu até questionei na época lá, é uma empresa que vem? É uma empresa. Mas, quantos expositores têm? Então, nós temos que colocar lá um valor de mercado. É dez expositores, então é X reais, e um valor considerável, é de cinquenta para frente, de onze a cinquenta é mais X reais, e assim por diante. Aí eles vão questionar. Tanto no Código Tributário, por exemplo, que só vai funcionar se tiver pago a guia, isso juiz nenhum vai impedir. Ah, vai discutir? Não, não vai discutir. Eu vi decisão que o juiz fala: não, tem que pagar realmente. Se o valor arbitrado é maior, ele até manda diminuir. Mas, tem que pagar porque eu vi uma decisão de um tribunal falando: não, realmente tem que abaixar um pouco o valor, mas tem que pagar porque vai causar prejuízo, os próprios desembargadores reconheceram isso. Então, são essas coisas que teremos que nos debruçarmos para definir bem como vai ser essa legislação que nós vamos apresentar aqui. Então, eu creio que acho que de positivo a gente pode tirar é que nós todos estamos preocupados, já estamos verificando as possibilidades. Acho que agora a câmara municipal, o próprio poder executivo se reunir e fazer um grupo de trabalho e fazer uma legislação única para que depois, se sai da câmara ou vem do executivo, mas que seja só uma e a gente aplicar ela o mais rápido possível. Então, essa é a nossa contribuição nesse primeiro momento. O senhor Heros Pena, procurador da câmara, diz: Só complementando Mauro, entra naquilo

que o Dr. Leonardo falou também, por mais que tenham decisões que vão dar, que não adianta fazer lei, complica a vida do cara. Aí na hora dele escolher a luta, como o doutor bem citou, talvez ele desista da luta aqui, vá procurar uma cidade onde a luta seja mais fácil, não é. Outro ponto que escutei aqui, como cidadão, não como advogado da câmara, é hora de fazer, é que eu ouvi falando muito dos ambulantes, e acho que nessa questão dos ambulantes tem que se tomar um cuidado, separar uma coisa da outra. Uma coisa são essas feiras livres, outra coisa é o ambulante, porque no ambulante tem duas categorias: tem aquele cara que está ali querendo; e tem o pobre coitado que não arruma emprego em lugar nenhum e está tentando vender um doce para ajudar; tem os ambulantes tradicionais; tem a aguinha de coco que vou beber todo dia ali. Aí vai tirar esse cara da água de coco? Tem o cara do açaí, que tem quem goste. Então, essa do ambulante é uma coisa que tem que fazer com mais cuidado, talvez impedir que o cara venha vender na porta da loja. Aí o cara querer vender alface na porta do Nilo também é sacanagem. Querer vender colchão na porta da Ortobom não dá. Mas, se está lá do outro lado ou andando talvez dê para fazer alguma coisa. O vereador Júlio Cesar, presidente desta audiência, diz: Até porque alguns desses ambulantes estão pagando impostos também, não é Dr. Heros. Queria convidar o nosso presidente da Câmara do Pontal do Araguaia, vereador Leandro, para fazer uso da palavra. O senhor Leandro, presidente da Câmara de Pontal do Araguaia, diz: Boa noite a todos e todas! Quero cumprimentar a mesa no nome do Dr. Leonardo, presidente da CDL, e também da nossa vereadora por Pontal do Araguaia, vereadora Fabiana, que se faz presente. Parabenizar o vereador Júlio Cesar pela iniciativa, o presidente da câmara, Joãozinho, e os demais vereadores que aqui estão. Eu sei a preocupação que vocês estão. Eu sou comerciante também há dezesseis anos. Nós temos um comércio no Pontal do Araguaia, a Futura Autoescola, somos associados a CDL há quase dez anos, e sabemos da luta que vocês tem de pagar décimo terceiro, direito trabalhista, aluguel, impostos, alvará, ISS, e todo início e final de mês é aquela luta com folha de pagamento. Então, sei a dificuldade que cada um das senhoras e senhores passam. É muito difícil para nós comerciantes sobrevivermos nesse comércio que está aí, numa concorrência dura e, as vezes, quando se trata dessa feira, numa concorrência desleal. Ano passado, Dr. Leonardo, como vereador, nós fizemos uma indicação ao prefeito solicitando a proibição mesmo dessas feiras itinerantes em Pontal do Araguaia. Eles tiveram em Pontal, e naquela oportunidade o prefeito me ligou, porque eu havia feito a indicação, perguntando até a título de consulta se poderia liberar esse alvará a feira. Eu falei simplesmente: prefeito, gostaria que o senhor cumprisse a indicação. Naquela oportunidade ele não concedeu o alvará a essas feiras e eu vejo que nós agora temos a oportunidade de estarmos aqui ouvindo vocês, e

regulamentar uma lei entre os dois municípios, tanto Barra quanto Pontal. Acredito que em Pontal do Araguaia, não é vereadora Fabiana, não teremos nenhum problema em regulamentar essa lei para que garanta aos senhores e às senhoras esse direito de comercializar os produtos de vocês com um preço justo, com o preço de mercado, sem essa concorrência. Então, como representante da Câmara de Pontal, vamos sim estar alinhados com a Câmara de Barra do Garças nesse sentido da regulamentação dessa lei. Nosso assessor jurídico esteve aqui, o Dr. Blainy, teve que sair um pouco mais cedo, e garanto aos senhores que Pontal do Araguaia vai caminhar junto com Barra do Garças. Pode colocar Pontal como parceiro nessa questão e em outras questões quando se trata de políticas públicas, e é muito interessante. E a gente fica triste até certo ponto de não ver a participação de grande parte do comércio. Mas, esse primeiro passo tem que ser dado. As pessoas que aqui estão acredito que quando essa lei for regulamentada vai favorecer a todos, mas não podemos deixar de lutar, de buscar os nossos direitos, e que a lei seja cumprida e que possa dificultar ainda mais para essas pessoas. Então me coloco à disposição e tenho certeza que Pontal do Araguaia vai estar junto com Barra do Garças. Boa noite e obrigado! O vereador Júlio Cesar, presidente desta audiência, diz: É muito importante o Leandro dizer, salientar, que eu acho, presidente João, que daqui para frente todas essas audiências públicas que discute a sociedade, que discute sobre a população, a gente sempre convidar Pontal do Araguaia porque o que atinge a gente, atinge Pontal, atinge Aragarças. Então, é uma forma da gente estar solucionando o problema de todos. Queria convidar aqui o senhor João Marques Passos, representante de Aragarças. O senhor João Marques Passos diz: Boa noite a todos! Me permita apresentar-me melhor porque eu estou em Barra do Garças desde 2005 que vim para cá, e quem me conhece aqui é o Fabiano, o Zé que saiu, o Zé da CDL e o Garrincha. Eu quero dizer que eu cheguei aqui na Barra em 2005, sou professor da Faculdade CATHEDRAL e também da UNIVAR. Eu quero dizer a vocês, aliás, primeiro quero cumprimentar o presidente da câmara, Joãozinho, e também da CDL, por essa iniciativa de audiência pública numa situação tão difícil. Eu vejo que é um problema social aqui da nossa região, não se esquecendo que quando se trata de feirantes precisa, como o colega ali disse, saber quem são esses feirantes. Nós temos na nossa região, eu particularmente digo o seguinte, nós lá da Aragarças, temos mais de cento e oitenta famílias diretamente ligado naquela Feira da Lua. A Feira da Lua foi criada pelo Decreto Municipal 1.228 de 05 de março de 2001. Eu imagino que a Feira da Lua é o maior órgão hoje lá na Aragarças que dá maior emprego a todos os aragarcenses. Para vocês terem uma ideia tem feirante ali que contrata cinco, oito pessoas que moram em Aragarças e pagam em torno de quarenta a cinquenta reais aos sábados à noite a cada um. Eu disse que tem feirante

que contrata três, cinco. Veja bem, quando eu disse que fui professor da CATHEDRAL, porque eu conheço bem esse lado de vocês em relação ao CDL porque até eu também sou consultor, minha área é finanças, sou consultor financeiro, então eu sei muito bem os dois lados, conheço bem os dois lados. Eu confesso que fiquei preocupado em uma palavra que foi falada aqui mais de uma vez: vamos tentar dificultar. A nossa amiga ali, a Fatinha, é você mesmo que virou, eu esqueço o nome dela, é a Fatinha da Atrevidinha, eu disse o seguinte, vocês sabem, eu trabalho na área, sei como é difícil hoje a situação de um comerciante com tantos impostos e a concorrência. Vocês sabem muito bem que hoje o comércio da *internet* cresce em torno de trinta por cento ao ano. Se cresce trinta por cento ao ano o comércio via *internet*, então vamos dizer assim, me permitam dizer, então nós da área comercial que tem as empresas aqui precisa estar mais atento, precisa melhorar mais as suas condições de controles internos, que teve um colega que disse ali que a concorrência, a concorrência é salutar, precisa ter concorrência. O que eu vejo também do outro lado dos feirantes, a divisão dos feirantes, eu estou falando daquele feirante que vende hortifrutigranjeiro, eu frequento, eu vou não todos os domingos, mas vou na feira da Barra do Garças. Veja bem, quantas famílias devem ter ali na Barra do Garças que necessita sim gente, mora e precisa daquele dinheiro para pagar sua conta de luz, água, durante a semana seus compromissos. Nós estamos olhando só para um lado, precisa ter um pouco mais de consciência do outro lado. O vereador Júlio Cesar, presidente desta audiência, diz: Senhor João, não vamos fugir do mérito da audiência. O senhor está fugindo. O senhor João Marques diz: A minha preocupação são aqueles feirantes que estão lá na Barra, a minha preocupação é não generalizar. É isso que eu falei. Inclusive o Joãozinho ali, eu acho que precisa realmente, eu entendi bem. O vereador Júlio Cesar, presidente desta audiência, diz: Esse vai ser outro debate em um outro momento. O senhor João Marques diz: Outro debate. Então, a minha preocupação foi não generalizar os feirantes, OK? Bom, os de fora, minha sugestão, falar na secretaria o seguinte, é fazer o cadastramento, cadastrar cada um daqueles feirantes que estão ali, cadastra todos os feirantes de novo. O vereador Júlio Cesar, presidente desta audiência, diz: Senhor João Marques, a gente está discutindo a questão da feira da Camol. Esse pessoal não ficam aqui para serem cadastrados, eles vêm aqui de seis, um ano, tira esse recurso nosso e leva. O senhor está entrando na questão das feiras municipais, como acontece na Feira Coberta, na feira de Aragarças. Não é esse mérito que estamos debatendo aqui nesta noite. O senhor João Marques diz: Bom, então me desculpa, mas o que eu entendi que foi falado aqui a feira do Pontal e feira da Barra em relação lá na Feira Coberta. O vereador Júlio Cesar, presidente desta audiência, diz: Seria feira de vestuário para ficar mais claro, feira de roupas.

O senhor João Marques diz: OK! Não, essa realmente é um problema sério e concordo com vocês que precisa realmente ter cuidado, principalmente para quem vem de fora. Concordo com vocês, acho que tem que tomar conta. A minha preocupação foi só em relação ao hortifrutigranjeiro, que deveria separar direitinho o que se refere a feira. Então precisa ficar bem claro isso aí. Muito obrigado! Desculpa aí se caso ficou mal entendido a minha posição. O vereador Júlio Cesar, presidente desta audiência, diz: OK! Convidar o secretário de pesca, o Paulo Henrique, para fazer uso da palavra. O senhor Paulo Henrique, secretário de pesca, diz: Pessoal, boa noite a todos e todas! Meu nome é Paulo Henrique, sou servidor público de carreira e hoje estou exercendo a função na pasta da administração do prefeito Roberto Farias. Mas, minha fala aqui é uma fala mais como cidadão, e deixar aqui o apoio, uma questão pessoal, opinião minha como cidadão barra-garcense criado nessa cidade. O apoio a importância que tem o comércio local para a cidade. Lá no sexto ano a gente estuda geografia, a regionalização de uma cidade, o mapeamento de uma cidade. E uma cidade só consegue ter êxito, sucesso, quando você começa a valorizar o comércio local. A cidade começa como? Com duas casas, três casas, depois de torna uma vila, e aí o senhor João que abre lá o armazém, a sua loja, e começa a gerar renda e gerar economia, e aí se torna uma grande cidade. E aí nós como gestores, como cidadão, a gente tem que valorizar esse comércio da cidade. Como o Dr. Mauro colocou muito bem, é dificultar a vinda dessas pessoas para eles verem que a cidade de Barra do Garças não é uma cidade qualquer. É uma cidade que tem gerenciamento e que a gente valoriza as pessoas que dão murro em ponta de faca, porque a gente sabe como está a crise econômico-financeira no nosso país. Então, nós temos que valorizar quem está empregando, quem paga seus impostos, quem está dando lá três, quatro empregos, enfim. Essas pessoas têm que ter o total apoio da municipalidade, da câmara de vereadores. Parabéns ao Júlio Cesar por essa audiência pública porque é importante, não é. É uma coisa que deveria estar aqui: bastante empresários participando dessa audiência pública, que é interesse público de todos, e também a SEFAZ. A SEFAZ tinha que estar aqui. Eu trabalhei cinco anos na SEFAZ de meia noite até seis horas da manhã na área da digitação, e aí eu falo, temos que valorizar vocês. O município também não pode perder renda. O município não pode porque o município só consegue sobreviver através de vocês, que é uma roda da economia. De meia noite até seis da manhã, eu trabalhei aqui no pé da ponte, o que se vê de pessoas que são apreendidas ali no posto fiscal são muitas, quando tem fiscais que realmente quer trabalhar. Porque quando tem um fiscal que realmente quer trabalhar a gente passava a noite inteira digitando nota, e são muitas mercadorias, valores muito alto sem nota fiscal, e o município perde. Com a saída do posto fiscal daqui, que foi para o Piracema, eu tenho a

certeza absoluta, não tenho esses números, mas o município de Barra do Garças perdeu muito, mas é milhões, com a saída dele dali. Porque se você pegar duas horas da manhã quando o Maia começa a chegar lá na Aragarças, passa e fica que você vai ver o fluxo de carro de movimento de táxi vindo de Aragarças para Barra do Garças com mercadoria. Estou falando isso porque eu vi, trabalhei cinco anos e eu vi. Então, o município perde e em algum momento vocês perdem também, porque é alguém que está entrando com mercadoria sem pagar imposto, vendendo e tirando de vocês que pagam imposto e que paga empregados, funcionários trabalhando para vocês. A SEFAZ na próxima audiência dessa, Júlio, tem que chamar a SEFAZ. A SEFAZ tem que estar presente participando. Eu vi que o senhor convidou. É chamar mesmo a atenção deles porque isso é uma situação que envolve as três cidades, e as três cidades, principalmente Barra do Garças, perde muito dinheiro em relação a isso. Obrigado! O senhor Maurício diz: Boa noite! Me chamo Maurício, estou representando a loja Aline Gama Showroom, eu e minha esposa. A pergunta que quero fazer é nesse tema que o secretário de pesca, Paulo Henrique, acabou de dizer com relação a fiscalização da SEFAZ. Essa mercadoria que veio estava regular perante a SEFAZ? Porque a título de exemplo, certo data eu comprei uma mercadoria da *internet* e essa mercadoria veio sem nota fiscal. A multa paga com 50% de desconto era o valor da mercadoria que esse fornecedor teve que pagar para liberar a mercadoria, senão a multa ia ser estornada e a mercadoria dele ia ser apreendida. Então, a multa é grande. Será que não seria uma forma de dificultar? E se essa mercadoria estava regular, e aí a pergunta que o primeiro que falou, o Zé, se não me engano perguntou porque não pode fiscalizar depois de montado. Eu também não sei. Obrigado pessoal! O vereador Júlio Cesar, presidente desta audiência, diz: Dr. Mauro. O senhor Mauro Piauí, secretário de planejamento, diz: Só para responder um pouco, o que a gente verificar nessas questões é que esse pessoal está se profissionalizando. Então, é como eu disse, é uma empresa de feira de exposição. Então, quando eles vão tirar a nota fiscal lá, tira a nota fiscal para expor o material, aí não paga imposto lá em São Paulo. Aí chega aqui eles vendem. Pois é, aí o município, nós vamos exigir na nossa lei que eles apresentem a nota fiscal de todos os expositores, porque eles chegam e falam que só ele que é o expositor. Mas, não é, são várias pessoas que ele deve cobrar dessas pessoas, dessas fabriquetas de fundo de quintal. Eles se organizam e devem cobrar, vamos lá para Barra do Garças, você me paga tanto e eu organizo a feira. Deve ter as barracas, é assim que o cara monta o esquema. Então, ele ganha o dinheiro em cima disso. Então eles tiram a nota fiscal de exposição. Então, a SEFAZ nesse momento é importante eles fazerem essa, e aí o nosso trabalho que vamos exigir com certa antecedência na lei, e quando eles vierem, aí a gente já tem que ter a expertise de

chamar a SEFAZ para verificar isso. Então é só uma contribuição. O vereador Júlio Cesar, presidente desta audiência, diz: Respondido? Queria convidar agora o secretário de indústria e comércio, Fabiano. O senhor Fabiano, secretário de indústria e comércio, diz: Bom, boa noite! Vamos lá, todo mundo falou, já tem um entendimento e acho que agora nós temos que colocar um rumo. Então resumindo, o município de Barra do Garças, a administração municipal, se compromete a encabeçar isso juntamente com CDL, OAB, câmara de vereadores, para nós criarmos mecanismos de proteção do comércio local. Então, vamos marcar reuniões, podemos marcar até, Júlio, uma próxima audiência pública para passar os resultados, de repente a própria população, os comerciantes, podem sugerir em cima daquilo que a gente falar, propor. Então, acho que nós temos que pegar e começar a fazer os encaminhamentos. Quanto ao que foi falado aí sobre os ambulantes, sobre carros de som, o João Vieira já explanou. Quanto a SEFAZ acho que temos que chamar eles para uma conversa. Concordo com o secretário Paulo que temos que chamar eles para uma conversa, porque quero que vocês entendam que tem fiscalização que não compete ao município, compete ao Estado. E quando a barreira que nós decidimos fazer uma campanha para tirar lá das pontes, abriu-se um caminho maior para a sonegação fiscal. Então, nós temos que rever, sentar com a secretaria de fazenda, sentar com o governo do Estado para ver o que nós podemos fazer em termos de fiscalização nas divisas de nosso município. Outro assunto pertinente a esse, eu queria passar para os senhores e senhoras que o município de Barra do Garças criou um Conselho de Desenvolvimento Econômico, aprovado por essa Casa de Leis, aonde vários seguimentos da sociedade civil organizada de Barra do Garças estão sendo convidados para participar, para que a gente possa discutir assuntos exclusivos de desenvolvimento econômico numa mesa, todo mundo opinando, todo mundo contribuindo, comércio, indústria, câmara de vereadores, OAB, enfim, toda a sociedade sentada numa mesa para dar um rumo de sugestões, ideias, o que queremos para hoje, o que queremos para amanhã, o que nós queremos para 2020, 2030. Então, esse é um comprometimento nosso do município de Barra do Garças. Existe uma preocupação nossa de protegermos mais o comércio local, mas também precisa ter uma preocupação dos senhores comerciantes em se proteger também. Então, são assuntos que iremos discutir. Hoje a audiência pública é direcionada a essa parte de feiras volantes e nós vamos nos concentrar nela, mas podemos abrir várias outras discussões. Então, a secretaria de indústria e comércio está à disposição dos senhores e senhoras para que a gente possa colocar rumo nesse assunto e abrir novas discussões no futuro. Muito obrigado! O vereador Júlio Cesar, presidente desta audiência, diz: Eu queria convidar para fazer a última fala o Dr. Leonardo, representante da CDL. Está funcionando aí doutor? O senhor



Dr. Leonardo Carvalho da Mota, presidente da CDL, diz: Bom, mais uma vez gostaria de desejar uma boa noite a todos. Para quem não me conhece, novamente, meu nome é Leonardo Carvalho da Motta, sou advogado, empresário aqui na cidade, e atualmente presidente da CDL de Barra do Garças, Aragarças e Pontal do Araguaia. Senhores e senhoras, muitas dos questionamentos que foram feitos aqui já foram respondidos, mas de certa maneira eu pedi para ficar por último propositalmente porque tem algumas situações que acho que ainda merecem um esclarecimento um pouco maior. Eu fiz um levantamento, uma pesquisa sobre esse tema, vamos falar primeiro só da questão das feiras itinerantes que é o objetivo dessa audiência em particular. Esse problema não é só de Barra do Garças, ele é a nível nacional, e infelizmente nesse momento nós temos uma reunião grande de poderes municipais aqui, já foi levantado várias vezes. E eu vou perguntar mais uma vez, mas já sabemos a resposta: onde está o representante da SEFAZ nessa audiência? Não está. Onde está o representante da Receita Federal nessa audiência? Não está. E o município sozinho infelizmente não vai conseguir cercar a cidade. Nós somos uma parte de uma federação, de um conglomerado de poderes. Se todos não estiverem no mesmo alinhamento, eu sinto desanimá-los, mas nós não vamos conseguir evoluir. Nós podemos fazer as melhores das leis aqui, e essa Casa de Leis tem toda competência para isso, presidente, tem toda competência, mas infelizmente não conseguiremos dar eficácia para essa lei. Então, a primeira coisa é mobilizar e colocar esses poderes para andar todos na mesma direção. É a primeira coisa que tem que ser feita, e não é por falta de convidar, não é por falta de chamar: vamos para lá, vamos ficar até nove e quarenta da noite e mais um pouquinho, porque eu tenho bastante coisa pra falar, então aguentem mais um pouquinho. Mas é difícil trazer. Mas não vamos desistir por causa disso. Eu quero dar um exemplo para vocês, dizem que nós estamos aqui no fim de Mato Grosso, aqui no fim do Brasil, então vamos falar de São Paulo, inclusive a origem de várias dessas feiras, ou que deveria ser já que a feira do Brás vem do Paraná, essa última. Mas, vocês sabem a quanto tempo São Paulo, o Estado de São Paulo, tem uma lei que protege o comércio das feiras itinerantes? Ainda não tem. Ela foi aprovada na assembleia legislativa agora em dezembro de 2018. Foi a primeira vez que o Estado de São Paulo, através da FECOMÉRCIO de São Paulo, conseguiu fazer uma lei a nível estadual, e é onde eu quero chegar porque essa discussão tem que sair da esfera municipal e ela tem que ir para a esfera estadual. Que se comece assim com as nossas leis municipais, mas que os municípios vão ter que levar isso lá para o palácio, lá para a assembleia legislativa. Nós temos que cercar o Estado de certa maneira, e nós somos aqui fronteira, então temos que fazer frente. Mas, nós vamos levar isso para lá também. Nós temos que forçar para levar isso para lá. Essa lei sequer foi sancionada pelo

governo de São Paulo. Ela existe já. Ao representante dos feirantes de Aragarças eu quero tranquilizá-lo mais uma vez que nós estamos aqui realmente para tratar de feiras itinerantes, e a própria legislação municipal faz, ela deve fazer essa distinção clara. Inclusive em todas as leis que pesquisei por fora desse Brasil, as leis que são realmente eficazes, é um dos primeiros pontos da lei é fazer exatamente a distinção de quem ela quer blindar. Então, isso vai ser observado, pode ter toda tranquilidade. Inclusive, agora falo ao representante dos ambulantes, do Camelódromo que está aqui, e isso também tem que estar previsto nesta mesma lei. Nós temos que ter um alvo, e eu vou usar esse termo mesmo, temos que ter um alvo muito bem específico, é quem vem de fora roubar a renda da cidade. Eu vi várias leis que tentam cercar de várias maneiras. Proibição de que essas feiras se instalem num período de até quinze dias antes de determinadas datas comemorativas, e aí vou entrar na questão da Loja Baratex, do representante que falou porque eles só vêm nas épocas boas. Então vamos tentar blindar eles para virem nas épocas boas mesmo. Tipo assim, ah, quer vir fazer feira? Beleza, fevereiro está aberto meu amigo, janeiro está aberto, só que você não aparece aqui na época do natal não. É mais ou menos isso mesmo, é por aí. Só que nós vamos enfrentar dificuldades. Eu tenho aqui decisão recente, Jataí, pertinho aqui da gente, o juiz simplesmente contestou a lei toda e deu o mandato de segurança. Mesmo fazendo uma legislação forte nós ainda estaremos sujeitos a isso, especialmente se a lei ficar só na esfera municipal, ou essa briga vai mais para cima, ou nós não vamos ter essa eficácia. Certo? Então, para vocês verem, São Paulo que é São Paulo, que nós temos assim como uma referência e essa briga está grande. Infelizmente o senhor José Alves não está presente, parecia que eu podia estar “zapeando”, mas eu estava notando tudo no meu roteiro para poder confrontar cada uma das questões. O senhor José Alves, e já foi citado numa audiência pública anterior em 2017 sobre a questão de Joinville. Eu entrei em contato com o presidente da CDL de Joinville. Ele teve uma reunião dia vinte e um do um, o novo presidente agora, está no *site* da CDL de Joinville, umas das pautas foi o problema das feiras e dos ambulantes na cidade de Joinville. A lei que eles têm lá, OK, tem vários elementos importantes, mas ela não é absoluta, ela não blindou a cidade como se pensa que blindou. O comércio aplaudiu a lei lá atrás, mas não resolveu o problema, e é esse o nosso receio aqui e é o que nós vamos tentar fazer. Nós não queremos criar uma lei para ela ficar bonita aqui no arquivo da câmara e ela não ter efetividade. E uma lei dessas não nasce de uma hora para outra. Então, pode ter certeza que nós estamos debruçados, debruçados em cima de várias leis para coletar o que cada uma tem de melhor. Só que eu não vou pegar uma lei de Joinville, Passo Fundo, de qualquer lugar, de Santa Cruz do Sul, que eu peguei aqui e tenho vários exemplos, de Uberaba. Todas as CDL estão

tendo o mesmo problema hoje em dia, e esses problemas estão cada vez maior, porque quando a crise aperta você vê o povo se virando, e não adianta, é o que está acontecendo. Pode ter certeza que muitos desses feirantes talvez no ano passado tinha comércio aberto e simplesmente desistiram por N motivos. E é isso que a gente tem que combater. A situação não é fácil. Então, nós temos que pegar o que cada uma dessas leis, onde falharam, pegar os melhores elementos e trazer para a nossa realidade. Não adianta eu pegar uma lei linda, maravilhosa, fazer *Ctrl C Ctrl V*, aprovada por unanimidade na Câmara de Barra do Garças e depois a gente não conseguir, e olhar lá para fora e todos vão ser cobrados ainda. Poxa, mas vocês não fizeram a lei? Fez. Vocês não estão fazendo ela ser cumprida. Cadê a fiscalização? Cadê isso? Cadê aquilo? Então, não adianta, isso não nasce de uma hora para outra. É só isso que quero que vocês tenham a ciência de que nós estamos trabalhando para fazer o que é possível, e para nós não sermos derrubados depois, porque com todo esforço que tivemos aqui, a nossa assessoria, como todo mundo que participou, com os vereadores que engajaram, e tudo caiu por conta de uma caneta. Foi literalmente uma caneta que resolveu o problema, para eles, porque para nós o problema foi muito maior. Então, a questão que quero dizer é: nós vamos trabalhar. Mas, agora quero tocar e vou tocar onde dói, quero relembrar todos os comerciantes, e vocês são comerciantes, infelizmente eu queria ter esse plenário aqui lotado para poder falar isso, senhores o consumidor não é fiel. Eu acho que nem precisava falar isso, mas o consumidor não é fiel. Eu vou pegar o seu exemplo Fatinha, tipo assim, de realmente deparar com uma situação de ter uma pessoa de dentro indo lá. E amanhã, se essa pessoa for mandada embora porque você não tem como pagar o salário dele, é perigoso ainda te levar na justiça do trabalho. Então, o que acontece? É isso que a gente quer? Não é! Então, a gente tem que lembrar esse pessoal, tem que fazer, e isso cabe a cada um de vocês, a responsabilidade não é mais desse lado aqui não, aí é do lado daí, tem que lembrar o consumidor do porque ele tem que entrar na sua loja e não lá na feira, de que ali ele vai ser bem tratado, de que ali vocês estão pagando um ar condicionado as vezes para aguentar o calor dessa cidade infernal, de que ali ele tem um cafezinho que foi pensado para ele, de que ali você sabe o nome dele, lembre o porquê ele tem que voltar para o seu estabelecimento, do porque nós temos que fidelizar. E aí eu estou falando realmente como um dirigente lojista, que é o que vocês todos são, e relembrar do porque a gente tem que batalhar todo dia pelo consumidor, relembrar que aquela p\*\*\* que ele está comprando lá na feira não tem garantia, e que aquele cabinho v\*\*\* de celular lá vai quebrar daqui uns dias e não vai ter nem para quem reclamar. Mas, se ele comprar aqui na cidade, ele vai ter onde reclamar. Na verdade, reclamar é o que a gente mais escuta, é reclamação quando uma coisa está errada. Mas, isso aí é o que a gente tem que fazer o consumidor relembrar.

Nós somos consumidores. Então, você sabe o que você valoriza. Eu valorizo chegar num lugar, chegar na Atrevidinha e a Fatinha vim lá e me cumprimentar e falar: oh, fica à vontade. Ela parar o que está fazendo e vir atender a gente, e todo mundo aqui. Isso tem que ser valorizado, entendeu? Então, a gente tem que lembrar o consumidor do porque ele tem que frequentar o nosso estabelecimento. E aí pode ter certeza, paralelamente a isso nós vamos fazer o possível para blindar. Está aqui toda a minha pesquisa. Nós vamos fazer, nós vamos ajudar a câmara a bolar uma lei que seja digna de Barra do Garças. Nós vamos ajudar isso, presidente. Conte com a gente. Dr. Domingos Sávio está aqui, especialista nesse campo do direito tributário, vamos trabalhar junto. Se outrora a gente tem os nossos embates do dia a dia, mas nesse momento nós vamos trabalhar juntos. Então, vamos chamar quem está vivenciando isso no dia a dia, vamos fazer uma mesa redonda. Antes de ser advogado, qualquer coisa, é um cidadão que está aqui para complementar, para somar. Assim como é o Dr. Gabriel que está nesse dia a dia aí da realidade, dos perrengues da CDL, da Elba, diretora, que está sempre sendo cobrada nas ruas, trazendo as cobranças pra gente. Só que infelizmente aqueles que mais cobram não estão aqui hoje para escutar o puxão de orelha, porque nesse momento eu queria dar era um puxão de orelha mesmo. A culpa é em parte do município, nossa legislação é fraca e tem muito que ser trabalhada, mas também é do empresário porque quando a feira vier, e ela vai vir, não se enganem, ela ainda vai vir outras vezes, porque a gente vai cercar aqui desse lado e eles têm uma estrutura tão boa e vão descobrir uma outra porta, e vai ser assim indefinidamente como é em todas as outras esferas. O mundo não gira só em volta da gente realmente, você cerca de um lado e vai para o outro. Todo mundo tem problema. Então, o que a gente tem que fazer é fazer o melhor de nós para que nós possamos fazer o consumidor ficar atrelado com a gente. Certo? Então, essa era realmente a minha palavra em relação ao comércio. Em relação a parte técnica, o que eu posso dizer é: tudo foi falado, os questionamentos espero que tenham sido respondidos. O que não tiver sido respondido, eu como sempre estou à disposição de todos vocês, nós todos estamos. Nós tivemos, e o João Vieira colocou de uma forma muito feliz, uma primeira reunião histórica e já fizemos o combinado de que essa reunião vai se repetir várias vezes. Nós temos o Fabiano que colocou a questão do conselho de desenvolvimento econômico. Então, nós estamos tentando fazer o possível. Só que nós queremos deixar de tentar para fazer. Só que para fazer nós precisamos da participação de todos. Eu cobro aqui, eu chego amanhã, abro a minha loja e vou olhar para dentro dela e falar: o que eu posso melhorar para eu enfiar na cabeça daquele consumidor, que está comprando ali na porta, que é muito melhor ele entrar aqui do que ir lá naquela feira desconfortável e comprar uma coisa mais cara ainda por cima, que foi a grande

reclamação geral. O povo não reclamou da feira, eles reclamaram porque lá estava mais caro. Eles não reclamaram da qualidade. Eles reclamaram: não, não vale a pena ir lá na feira, lá está mais caro. Mas, se tivesse mais barato tinha todo mundo achado uma maravilha. Então, é para vocês verem com o que temos que lidar todos os dias. E agora eu falo aqui para os representantes dos poderes públicos, é isso que o comerciante tem que lidar todos os dias, infelizmente. E se eles não vendem, o poder público não arrecada, aí pronto, criamos uma bola de neve e nós estamos indo para uma situação caótica. Eu realmente estou à disposição. Se tiver alguma coisa que não tiver sido dita, podem ter certeza que ela está no mínimo sendo pensada e anotada. Ela pode não ter sido dita, mas nós estamos trabalhando para isso. Eu era o vice-presidente até o final do ano passado, tinha assumido interinamente, agora fui eleito e estou à frente da CDL. E do que depender de mim podem ter certeza, nós, todos nós, não é depender de mim não, é depender de nós aqui, nós estamos trabalhando em prol do comércio e da sociedade barra-garcense, aragarcense, Pontal do Araguaia, e porque não dizer: nós estamos trabalhando pelo Brasil. Só que a gente precisa que o Brasil, o Estado de Mato Grosso, venham trabalhar por nós também. Então, vamos atrás desse pessoal. E do mais desejo que amanhã todo mundo abra a porta do comércio e enxergue com a perspectiva do melhor, e vamos correr atrás. Vamos deixar o pessoal vir fazer feira, mas vamos correr atrás do nosso trabalho. A minha fala era essa vereador, e conte com a gente para tudo que for possível. Júlio você é um parceiro, Dr. Joãozinho, vocês todos são parceiros, e eu tenho aprendido a respeitar cada um que compõe essa mesa cada vez mais. Tive a grata experiência de ter uma conversa melhor com o João Vieira, a gente ainda não tinha tido esse contato antes dessa reunião, e o que eu posso dizer que o que esse cara tenta fazer com a pouca estrutura que tem não é brincadeira. Mas, nós vamos querer mais e nós vamos aumentar mais essa fiscalização. Era isso o que eu tinha para falar. O vereador Júlio Cesar, presidente desta audiência, diz: O Dr. Domingos Sávio quer fazer o uso da palavra. O senhor Dr. Domingos Sávio diz: Boa noite a todos! Meu nome é Sávio, sou advogado aqui em Barra do Garças, milito na área do direito tributário, alguns de vocês já me conhecem. Primeiro gostaria de agradecer e parabenizar o vereador Júlio Cesar por essa iniciativa, ao Dr. Joãozinho, presidente da câmara. Realmente é um anseio de toda a comunidade que questões dessa natureza que afeta tanto a população seja discutida de forma tão aberta, tão democrática, como está sendo agora. Parabenizo mesmo, foi brilhante a iniciativa de vocês. O que acontece? Tem algumas questões que gostaria de pontuar, acho que todos falaram brilhantemente, colocaram alguns posicionamentos e apontamentos. Alguns sem o viés jurídico, mas a gente conseguiu entender bem qual era a intenção da pessoa. O rapaz ali atrás falou de uma questão sobre proibir que se faça essa feira em

determinadas épocas do ano, é interessante, essa é uma questão que pode ser estudada. Uma questão que a dona Lucely, o senhor João Vieira, falaram, aparentemente é uma questão bastante interessante que é a questão do protesto, da execução fiscal, ou de o nome da empresa vai ficar queimado e ele não vai conseguir mais crédito, ele não vai conseguir mais realizar essas feiras em outros locais. Infelizmente, falando do lado jurídico, que é minha área, nem isso barra, nem isso. Porque, veja bem, quando uma empresa tem uma dívida, tanto com a União, com o Estado ou com o município, essa exigência de se exigir dela uma certidão negativa de débitos junto aos órgãos federais, aos entes federativos, é tida no mundo jurídico como sanção política, e a jurisprudência é unânime no sentido de que a administração pública não pode vedar o livre comércio, não pode vedar o comerciante de abrir sua porta só por conta de débitos. Então, infelizmente, esse tipo de cidadão quando chega numa cidade, ele chega amparado realmente, juridicamente amparado, porque se ele tem o amparo e esse conhecimento básico jurídico, ele vem pega um alvará, a dona Lucely falou que teve dificuldade de negar o alvará. E por que ela teve dificuldade de negar o alvará? Porque não tem uma lei municipal que proíba. Porque diferentemente de nós cidadãos comuns na vida civil, nós temos o direito de fazer tudo que não está proibido em lei, a administração pública é diferente, ela só pode fazer o que a lei expressamente autoriza. Ou seja, a dona Lucely não teria condições de negar se não tiver uma lei municipal que negue, que fale expressamente: é proibido essa feira funcionar nessa cidade. E mais, essa lei tem que ser tão bem planejada, e isso é interessante, esse momento que a gente está vivendo aqui hoje é importantíssimo. Eu sinceramente estou muito feliz de poder participar, ter sido convidado pelo vereador Júlio Cesar para contribuir, porque antes mesmo de ser advogado, nós somos cidadãos, temos que verificar se essa lei não vai conflitar com a lei nacional, se ela não vai conflitar com a Constituição Federal, porque essas questãozinhas que de forma costumeira, a gente fala são brechas da lei, é nessas questões que um cidadão desse consegue um alvará. Ele não consegue em primeira instância, mas consegue no tribunal, e hoje é tudo via PJE, é tudo via eletrônico. Se impetra um agravo de instrumento, hoje à noite ele já está julgado, hoje mesmo essa decisão já está aqui na prefeitura para ser cumprido, como aconteceu. Então assim, só para finalizar, eu me coloco à disposição. E só fazendo uma ressalva, não estou hoje representando a OAB, eu estive representando a OAB até o final do ano passado, só para deixar registrado, hoje estou como cidadão, não participo de nenhuma comissão até o momento na OAB. O Fabiano me apresentou como representante da OAB, mas isso em razão dos movimentos que a gente teve ano passado frente à OAB. Só para deixar registrado que estou aqui como cidadão e não como OAB. Então, me coloco à disposição de vocês, de

todo o comércio, de toda a população de Barra do Garças, dessa Casa de Leis, muito obrigado pelo convite, da CDL. Podem contar comigo no que for preciso. Isso é importante que nós façamos, que nós formatemos essa lei de forma conjunta, e como o Dr. Leonardo falou, não basta ser uma lei só, nós precisamos de procedimentos, nós precisamos de incentivos do poder público e principalmente da CDL e dos comércios para valorizar o comércio. Nós precisamos fazer um trabalho voltado a valorização do comércio, que seja como promoções, que seja como nota fiscal premiada, de alguma forma. Mas, eu me coloco à disposição e agradeço muito pela oportunidade, e vamos fazer e formatar de alguma forma que a gente consiga pelo menos dificultar. Para você ver a situação, quando você falou que negativando, protestando e executando seria uma forma de você dificultar. E eu já trago um outro viés que nem isso, só para você ver a gravidade. Então, quando a gente questiona o poder público porque deu o alvará, eu estou dizendo que não deu porque quis, foi obrigado mesmo, infelizmente foi obrigado. É difícil mesmo proibir alguém de abrir uma porta, um comércio, infelizmente. Mas, deixo aqui registrado meus parabéns a todos que participaram, e muito obrigado. O vereador Júlio Cesar, presidente desta audiência, diz: Pessoal, sobre alguns pontos que foram discutidos, primeiramente eu queria a contribuição de todos os advogados que tem aqui: hoje nós temos o Dr. Domingos Sávio, ele é advogado tributário; temos o Gabriel, advogado da CDL; temos aqui o Mauro Piauí também; o Dr. Leonardo; o Dr. Joãozinho; Dr. Heros, que é o advogado da câmara; temos o advogado também, Dr. Blainy, que é advogado da Câmara do Pontal. Então dizer que, conforme foi dito pelo secretário, nós temos que marcar logo uma reunião junto com essas cabeças pensantes, principalmente na questão do aparato jurídico, nós estamos bem, seis, sete advogados, para fazer essa reunião para que possa vedar o máximo de brechas legais para que não aconteça esse tipo de feira no município. O senhor Dr. Leonardo Carvalho da Mota, presidente da CDL, diz: Só uma parte Júlio. Eu estou quase, por falta de tempo, alguns prazos agora, mas estou quase conseguindo finalizar uma minuta, um compilado que pode dar origem a um projeto de lei base para que nós já possamos discutir em cima de um estarte. Então, eu estou quase conseguindo finalizar essa minuta com um projeto de lei base pra gente poder fazer as discussões, e em cima dele ter um ponto de partida. Eu acredito que até segunda ou terça-feira no máximo eu já possa disponibilizar ele para qualquer reunião. O vereador Júlio Cesar, presidente desta audiência, diz: Isso vai ser muito bom, e a gente vai divulgar essa reunião porque todos vão ser convidados. Acho que uma audiência pública talvez se torne cansativa, mas um bate papo, uma troca de ideias, uma troca de informação vai ajudar muito nesse projeto de lei. Outra coisa que foi levantado, outro ponto, foi o que o Dr. Leonardo disse aqui, foi muito

discutido que o projeto de Joinville era um projeto salvador, se apresentasse esse projeto de lei não teria mais feira, não teria mais algum tipo feira itinerante no município. Se a gente apresentar, e poderia ser muito mais fácil só apresentar esse projeto, que é um projeto de 2004, de lá para cá houve várias brechas jurídicas que já acharam, seria muito fácil. Mas, depois que acontecesse uma feira novamente, a população, principalmente o comércio, ia cobrar a nós, cobrar os vereadores, cobrar a CDL. Como nós fomos cobrados principalmente, o Joãozinho sabe disso, nessa feira que teve, que eu sei disso, que eu participo de um grupo e nesse grupo fui muito cobrado. No mesmo momento nós ligamos para a secretária, ela indeferiu, o João Vieira também. Liguei, falei: João está acontecendo a feira, ele falou: “não acredito”. Falei: eu fui lá, filmei, mandei o que estava acontecendo naquele momento. Falei: vamos mandar a polícia lá. Não, não, saiu uma liminar. Então pessoal, eu tenho certeza que a câmara municipal, todos os poderes, CDL, fizeram de tudo para que não acontecesse isso. Aqui ninguém se omitiu, a gente está tentando ajudar o comércio e a população de Barra do Garças. Eu acredito, vamos trabalhar dia e noite para que no máximo em sessenta dias a gente já tenha um levantamento desse projeto de lei, e vai ser aprovado com o respaldo de todos vocês ponto a ponto. Desde já eu agradeço a todos, a presença de todos. Boa noite a todos e vão com Deus! Registra-se que a assinatura de todos os presentes foi colhida no Livro Próprio de Frequência de Audiência Pública.